

Políticas Públicas no Brasil: um convite ao pensamento de Pedro Demo

Maria Andrea Luz da Silva (*) e
Jeannette Filomeno Pouchain
Ramos (**)

RESUMO

O *paper* se refere à entrevista realizada com o sociólogo e professor da UNB, Pedro Demo. Na oportunidade mantivemos um diálogo com Pedro Demo, o que significa conversar com uma fonte que tem trilhado caminhos próprios e que se revelam ricos para o entendimento da realidade brasileira. A sua atuação como sociólogo é abrangente, tendo sempre a preocupação de trazer à discussão temáticas importantes para diversas áreas do conhecimento. A sua fala acontece no contexto da realidade de 2001, período em que foi realizada a entrevista, observemos a propriedade de suas respostas às nossas indagações.

ABSTRACT

The paper refers to the interview accomplished with the sociologist and teacher of UnB Pedro Demo. At the time of the interview we maintained a nice dialogue with Pedro Demo which meant talking to the source that has traced its own way and which is rich for the understanding of the Brazilian reality. His performance as a sociologist is wide, having always the concern to bring to discussion important subjects to the various fields of knowledge. His speech is made on the context of the reality of 2001, when the interview was made. Let's observe the answers to our questions.

Palavras-chave: Pedro Demo, cidadania, participação e políticas públicas.

Keywords: Pedro Demo, citizenship, participation and public policies.

(*) Socióloga e mestranda em Políticas Públicas pela UECE

(**) Formada em Letras Português e Inglês e Mestre em Políticas Públicas pela UECE

P1: O Governo do Estado vem, ao longo de todo o seu mandato, veiculando na mídia local e nacional “comerciais” tratando do crescimento econômico que o Estado tem alcançado nos últimos anos. Esses comerciais tratam de comparativos de índices econômicos do Estado do Ceará com outros estados da região Nordeste e de outras regiões do Brasil. O conteúdo discursivo desses comerciais aponta que o Estado tem ficado acima das médias nacionais trazendo como conseqüências desse crescimento econômico um desenvolvimento frente aos outros estados do País. No seu livro “Cidadania tutelada e cidadania assistida”, o Sr. afirma que um dos dilemas vividos na nossa sociedade é a transformação do crescimento em desenvolvimento. Puxando para a realidade cearense, visto que não há uma diferença muito grande do projeto político implantado pelo Governo estadual ao da proposta do governo FHC, sabendo também que os outros indicadores não mostram uma redução das desigualdades sociais, como o Sr. avalia a retomada dessa tendência que se propõe transformar o crescimento econômico em desenvolvimento e os desafios atuais seriam os mesmos de uma sociedade pós-capitalista?

R: Eu acho que a capacidade de transformar crescimento em desenvolvimento é um dos grandes testes da democracia. As sociedades verdadeiramente democráticas conseguem fazer isso. Devemos caminhar nessa direção. Que o crescimento econômico seja distribuído, que tenha uma relação salarial mais aceitável, digamos de uma diferença de 1 pra 6 mas não de 1 pra 10, ou um bocadinho mais na nossa sociedade. Então eu posso imaginar que aqui possa até ter ocorrido, o que é uma coisa importante, certamente, então aumentou o crescimento econômico, mas o grande problema é saber até que ponto esse crescimento econômico se transforma em desenvolvimento porque os dados que nós temos para o País, de um modo geral, mostram que a concentração da renda galopa. Não mudou nada. O governo é que faz uma confusão, útil para ele; confunde pobreza absoluta com pobreza relativa. Então, quando você compara o pobre com ele mesmo, geralmente os pobres melhoram. Também pode até acontecer que os pobres comparados consigo até piorem, mas geralmente eles melhoram um pouco. Eles

ganham um pouco mais, têm uma casa melhor, têm água encanada. Mas quando se compara os pobres com os ricos, eles sempre continuam tendo menos. E eu duvido que aqui seja diferente. Pelo que eu vejo, aqui também tem a mesma infra-estrutura.

Então, eu acho que aí se faz um primarismo na comparação. A gente mostra como aumentou o produto, como aumentaram as firmas, as empresas e tal. Mas ninguém chegou pra população, o que se trouxe de qualidade de vida se os dados não dizem e não querem dizer. Eu acho que precisa retomar esta discussão. E também, por trás se esconde o problema de que para você transformar o crescimento em desenvolvimento, você precisa de uma sociedade autônoma. Nós não temos uma sociedade autônoma capaz de pressionar. O que transforma o crescimento em desenvolvimento não é o governo. Isso é o que o governo gostaria de convencer a gente. Mas não é o governo, é a sociedade organizada, que pressiona o governo, que exige melhores salários, que muda o salário mínimo e assim por diante.

P2: Em seu livro “Cidadania tutelada e cidadania assistida”, o Sr. afirma que o Estado brasileiro é tão ruim porque a cidadania é ruim e destaca que o Estado está cheio de vícios tanto do modelo do Welfare State quanto do soviétismo. O Sr. também destaca o prejuízo da sociedade quando algumas categorias, na defesa dos seus direitos, se voltam contra elas mesmas. Diante disso, na sua opinião, quais seriam os mecanismos de pressão dos funcionários públicos sobre o Estado?

R: Eu acho que o problema dos funcionários públicos está metido nesse desmanche do Estado neoliberal. Eu também não quero negar que existem muitas críticas contundentes a funcionário público. Quando eu me lembro do texto da Comuna, o que o Marx fala dos funcionários públicos cabe muito hoje também. Então, como eu sou funcionário público, eu não posso fechar os olhos para isso. Eu sei que os meus colegas nem sempre gostam de escutar isso, ficam chateados com isso, mas a gente não pode ter espírito crítico só contra os outros, tem que ter espírito crítico primeiro consigo mesmo. Então eu vejo os problemas que tem na universidade; a universidade que normalmente tem professor demais,

* Entrevista realizada com Pedro Demo. O referido docente é sociólogo e professor da UNB tendo publicado vários livros, entre eles, *Metodologia científica em ciências sociais*, *Introdução à metodologia da ciência*, *Sociologia: uma introdução crítica*, *Metodologia do conhecimento científico*, *Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento* e vários outros.. Proferiu palestra, a título de aula inaugural, no Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará. Durante tal evento, esse professor renomado discorreu sobre limites e possibilidades das políticas sociais do País e nos concedeu essa entrevista.

nós produzimos muito pouco conhecimento, os alunos aprendem muito pouco. Não posso ocultar isso. Eu não posso deixar de dizer isso. Mas também não posso deixar de dizer que esse governo Fernando Henrique desmontou mais ainda a questão do funcionalismo público, não dá aumento a um monte de anos, bem seis anos, eu acho, e colocou o funcionário público como bode expiatório. Então eu acho que precisa distinguir. É como no fundo com os professores. Eu não vou deixar de defender os professores com unhas e dentes, mesmo que eu veja também as mazelas deles. Mas eu acho que é absolutamente importante resgatar o professor. Acho que temos que rediscutir as formas de pressão; que a greve que os funcionários públicos fazem, sobretudo as categorias ditas fracas, é inoperante. Greve de universidade é inoperante. Eu acho que tem que fazer greve. Eu aderi à greve. Estou fazendo greve. Mas eu queria rediscutir melhor como que a gente pressiona de verdade. Como é que a gente remove o governo? Senão o governo ri da gente. Uma greve que não causa nenhuma preocupação ao governo. Então eu acho que a gente tem que considerar isso.

Talvez, por exemplo, você continua a fazer a mesma coisa na universidade mas não expede por tempo indeterminado nenhuma formação, nenhum diploma. Senão a gente também não faz greve. Aqui não é greve. A gente faz a paralisação de algumas coisas. Então eu acho que também a transposição do termo “greve” para o funcionalismo público também não é correta porque greve é numa fábrica. Onde você tem um risco, há um confronto, você é descontado no seu dia de trabalho, ou não. Você tem que negociar isso. E, na universidade, às vezes eu fico inócuo. Eu não vou parar de estudar porque estão fazendo greve na universidade. Não vou deixar de escrever livro. Não vou deixar de fazer a pesquisa do CNPq. Então, se eu fosse correto com a greve, eu pararia tudo.

Então as formas de pressão do funcionalismo público são muito limitadas. Quem trabalha em setores estratégicos, ou então, economicamente importantes, faz greves boas, e ganha, e se arruma. Os petroleiros, os policiais, esse povo faz uma greve e a sociedade treme e pode conseguir. Mas a universidade faz uma greve aqui, e quem é que se move com alguma coisa? É o número de alunos. Os alunos são poucos, na verdade, comparativamente à população, o aluno da universidade é uma mincharia. Então nós não temos poder de fogo. Mas eu acho que a gente tem que reagir. Mas a gente precisa repensar um pouco como é que se

exerce a cidadania dentro do funcionalismo público. Eu acho que isso tem que ser colocado dentro. Primeiro, nós não podemos só reivindicar salário, nós temos também que melhorar muito nossos serviços. Então eu acho que na universidade eu ganho pouco, eu preciso melhorar o meu salário mas eu preciso fazer com que o aluno aprenda melhor. Eu acho que é uma obrigação nossa, eu acho se vocês leram as minhas coisas. Os alunos aprendem muitíssimo pouco. É uma miséria o que eles aprendem. O volume de aula é muito. O aluno não pesquisa. Quem pesquisa aprende, elabora, aprende. Ele não faz isso. A maioria das universidades só dá aula, aula, aula. No fundo, é uma grande imbecilização. Certamente os alunos tem que pressionar.

P3: Outra questão levantada nesse livro é o processo emancipatório da cidadania, o qual não pode ser um processo somente de organização social mas deve integrar o político ao mercado, mantendo o mercado como instrumento dessa organização. Sabendo-se que o capitalismo vem mantendo o seu sistema excludente na produção sistemática da ignorância que, por sua vez impossibilita a formação do cidadão, como estabelecer mecanismos de controle econômico e político num mercado que não se satisfaz mais no campo local mas que se mantém de capitais estrangeiros, como é o caso brasileiro?

R: Bom, eu acho que aí está um assunto que eu sempre gosto de tratar, e que é pouco tratado na área social: é a necessidade de se comprometer o lado econômico. Temos uma grande discussão no País de fazer políticas sociais com as sobras orçamentárias... Tem algumas distinções. A educação conseguiu há um tempo colocar uma base orçamentária. Mas a grande maioria vive de sobras orçamentárias. Trabalhar com crianças e adolescentes sem orçamento é uma coisa que eu fico pasmado. Como é que se consegue engolir um troço desse? E, no fundo, é dizer que não tem política nenhuma, não vai ter solução, nem tem perspectiva. O interessante é o infrator que entra nessas instituições só tem chance de sair de lá pior, um assistencialismo aqui e ali, umas coisinhas aqui e ali mas não resolve a vida dele, não resolve nada. Não tem perspectiva nenhuma. Então eu acho que é muito importante a gente elaborar um conselho, uma prática de cidadania que chegue ao econômico, principalmente porque nós estamos em pleno capitalismo. A força do capitalismo é econômica, então você tem que combater aí. E não combater as periferias...

Então eu acho que muito das nossas políticas sociais também não andam porque não têm essa visão. Isso

você vê na formação das pessoas. Estou lá no Departamento de Serviço Social. Esse pessoal não tem noção da Economia. O curso também não propõe nada disso. Até fico vermelho, o pessoal não sabe nem onde fica o mercado. E aí então vai fazer assistência social e não tem nenhuma noção do mercado. Taca aquele assistencialismo e dois dias depois é tudo assistencialista. Não chega a nada. Não mexe em nada da raiz das coisas, entendeu? Também quando vão trabalhar com as crianças e adolescentes, nunca entra a questão econômica. Então eu acho que aí é importante isso também, porque tem que chegar aonde? Discutir o salário mínimo. Tirar a discussão de que é só questão de mercado. A pressão também resolve, a importância de vários organismos, e de outras coisas, a defesa do consumidor, o compromisso social das empresas. Se você não faz isso através da cidadania, fica a qualidade total, fica de novo residual, o funcionário, o trabalhador tem que ficar sorrindo o dia inteiro. Mas não leva a nada, no fundo só leva pro empresário. Eu sei que a gente no capitalismo não tem como resolver isso. Mas a gente tem como pressionar, a gente tem como empurrar o carro, empurrar a história.

P4: Levando em conta a crescente mobilização de vários grupos sociais em diversos países em torno de polêmicas globais como os movimentos contra a globalização, o neoliberalismo e a destruição ambiental, e reconhecendo a precariedade dos movimentos associativistas no Brasil, quais seriam os mecanismos para reverter este quadro?

R: Primeiro que eu acho que é uma indicação muito interessante, isso me dá um certo alento, saber que no mundo todo existe um certo levante contra o neoliberalismo. Em Turim eu acho que foi um campo de batalha muito interessante. O que está acontecendo em Porto Alegre também é interessante. Mas tenho que reconhecer também que isso é muito pequeno. Pra abalar o Neoliberalismo precisa de muita gente. Precisa de um volume muito maior. Mas eu acho que as coisas grandes são feitas de coisinhas pequenas que vão se potencializando. Aqui no Brasil falta muito isso aí. Por exemplo, associações ambientais existem pequenas soluções porque são associações particularmente voluntárias. O pessoal que defende o meio ambiente não ganha nada. Você tira tempo, perde tempo e se irrita e não sei o quê. Mas isso é muito importante. A gente viu, por exemplo, quem está defendendo meio ambiente no mundo? São as ONG's. Os Estados Unidos até hoje são contra, não quer reduzir os poluentes, porque está defendendo o mercado. Os Estados Unidos

não toleram nenhuma idéia que diminua a questão econômica deles. Acho que precisa desenvolver no país um pouco essa percepção, o associativismo em torno disso. Eu acho que vindo do Estado muitas vezes corre o risco de ser tutelado. Mas eu acho que o Estado pode colaborar no sentido de apoiar essas associações, promover as associações, impulsionar que exista, informar bem essas coisas, vincular na mídia a importância desse tipo de perspectiva, e também eu acho que a gente tem que cuidar de tirar os relatos puramente negativos. Sobretudo nas televisões mais oficiais fazem relatos negativos dessas coisas, relatos muito negativos do MST, em Porto Alegre e tudo mais. Eu acho que a gente tem que lutar por uma imprensa um pouco mais aberta, que dê os espaços. Eu também não acho que a gente deva ter uma imprensa que fique só do nosso lado, não é isso que eu quero. Mas uma imprensa que só fica do outro lado, só vê o lado negativo do MST...

P5: No seu livro "Educação e conhecimento", o Sr. propõe uma política social do conhecimento. Em que consiste esta política e como seria a sua implantação?

R: Eu dou muita importância a isso porque eu parto da premissa de que na sociedade do conhecimento - nós estamos entrando nela, já estamos nela de repente, mas os outros países mais ainda - o fator fundamental é o conhecimento. Ao mesmo tempo, o conhecimento sempre foi o instrumento fundamental da cidadania. Você vê que o projeto modernista que fracassou, na verdade, pelo colonialismo, ele entendia o conhecimento como emancipação, o Iluminismo, o "esclarecimento" veio todo de uma idéia forte de emancipação. Não viver da credence, não viver pelo lado dos outros, acabar com a monarquia, fazer a democracia. Vinha muito ligado à emancipação. Não deu certo porque a Europa tomou o conhecimento pra si e marginalizou os outros, entendeu? Então eu acredito que futuramente o combate à pobreza vai tá muito ligado ao manejo do conhecimento. Quanto mais a população chega ao conhecimento mais ela pode se rebelar. Porque no fundo a gente pega do conhecimento a energia da revelia. Claro que pode ter o contrário também, mas o conhecimento tem um caráter disruptivo, quem conhece é perigoso. O sistema não tem medo de um pobre com fome, tem medo de um pobre que sabe pensar. Quer dizer, o "Bolsa-escola" dá uma bolsa de 15 reais porque não vai resolver. Se desse uma bolsa maior de repente resolveria, mas o quê que vou fazer com uma população que sabe pensar? Bum, o governo

se pergunta isso: o quê que eu faço com um povo que sabe pensar? Ele vai ter que trabalhar. Então precisa investir na ignorância.

Então eu acho que a política social do conhecimento é parceira da política da educação. Apenas aponto um pouco mais para a energia importante do conhecimento. Um país avançado é um país que produz conhecimento próprio. Um país atrasado é aquele que copia. Então eu acho que muito da população, muito do problema da escola, o grande problema da escola, eu vejo aí. As pessoas não aprendem. Não aprender significa não saber manejar o conhecimento, não saber fabricar sua autonomia, não saber interferir na realidade.

PG: O Sr. afirma que a pobreza política é propícia à manutenção do *status quo* e que o primeiro truque seria conservar o controle intramuros. No caso das políticas educacionais do Estado do Ceará, foi implementado desde 1995, pela Secretaria de Educação Estadual, o processo de democratização das escolas públicas que teve como marco as eleições para diretores e conseqüente formação do conselho escolar. Com base no seu conhecimento da educação, no Brasil, como o Sr. avalia esta política? Ela se apresenta como alternativa para a construção da cidadania?

R: Eu acho que nós precisamos defender a idéia da eleição dos diretores porque eu acho que a escola, sendo um centro de irradiação da cidadania, da democracia, tem que dar o exemplo de democracia. Ao mesmo tempo também nós temos que colocar as coisas nos seus devidos lugares. Eu acho que nós temos que proporcionar a qualidade política mas nós não podemos esquecer da qualidade formal. O que tem ocorrido muitas vezes. O professor elege seu diretor mas elege o seu diretor para ter nele muito mais um comparsa, uma pessoa que encobre as novelas da escola, o professor também ganha mais liberdade, desaparece, some, não cuida dos alunos porque o diretor acoberta. Então não era essa a idéia. Todas as idéias boas podem ser pervertidas. Por exemplo, a isonomia, estabilidade, são idéias boas mas nós corrompemos, fizemos uma assinatura disso.

No fundo, eu acho que a eleição de diretor é uma boa idéia. Agora o que que eu mudaria, por exemplo: acho que, para mim, para ser eleito, o diretor tinha que passar por uma prova técnica antes. Isso eu faria. Porque tem que salvaguardar a qualidade formal. Eu não posso me dizer que qualquer professor vai ser diretor, não. Pra ser diretor da escola tem que entender bem de educação.

Tem que saber bem de legislação. Tem que saber cuidar da aprendizagem do aluno. Tem que ter um bom projeto pedagógico. Senão, ele não pode ser diretor. Porque aí fica uma eleição qualquer. Ficando numa eleição qualquer, então perde o sentido da democratização também. Fazendo uma brincadeira. Você não pode chegar num avião, entrar, chamar os passageiros, reunir, fazer uma assembleia, e dizer quem é que vai ser o piloto aqui? Você vai fazer um vôo democrático mas o avião vai cair. Então a qualidade formal tem seu lugar também. Você não pode eleger um professor de matemática, ele tem que estudar. Então eu acho que descambou um pouco. E muita gente tá reclamando da eleição de diretores. Então eu acho que o remédio também não é voltar pro diretor indicado. Então eu acho que a eleição de diretores é uma boa idéia só que a gente tem que combinar qualidade formal com qualidade política

.... se o capítulo da polícia é feito pela polícia ele não pode tá preocupado com a sociedade. Então o capítulo do funcionalismo público foi feito por nós. Então, também, de certa maneira, você diz há um tom tão grande de autodefesa dos grupos. Quer dizer, o exagero foi o colégio Pedro II, no Rio, entrar na Constituição, está lá nas disposições transitórias que ele não pode ser estadualizado. Quê que tem a ver com a Constituição, o D. Pedro II? Mas isso foi refeito. Então eu acho que a primeira LDB tinha esse problema, era muito mais participativa, tinha contribuição de todo mundo. Mas é que nós no Brasil entendemos contribuição como manobrar o texto. Lá fora se entende como contribuição outra coisa. Quem faz a Constituição é um grupo de pessoas, que recebe subsídio de todo lado, mas esse grupo de pessoas tem o compromisso de defender a sociedade e não as origens. Porque senão você faz umas coisas que depois não têm mais volta e você não resolve, por exemplo, a noção de direito adquirido. A noção de direito adquirido é uma coisa do funcionalismo público porque muitos funcionários públicos ganham uma porcaria e outros ganham uma fortuna, porque tem as manobras legais. E pra não voltar atrás inventaram os direitos adquiridos. Não existe direito adquirido na área pública. Você não pode adquirir, não existe isso. Mas nós inventamos isso para proteger os nossos salários. Então se tivesse sido feita por grupo de pessoas mais isentas, mais compromissadas com a sociedade, vamos supor, que 30 (trinta) pessoas. O Congresso escolhe, sei lá o quê e tal. Essas 30 (trinta) pessoas vão respeitar a sociedade. A Constituição sai completamente diferente. Perderia, por exemplo, todos aqueles direitos, também

se pensaria em colocar os recursos desses direitos. Não ficaria apenas um texto rotatório em torno de crença, achando que é lindo o texto mas não tem nenhuma operacionalidade.

Talvez pudesse entrar um capítulo na Constituição de combate à pobreza. Aí, sim. E não numa lei de assistência que é derivada da Constituição, já num cantinho da república, entendeu? Porque não se colocou na Constituição e comprometendo a parte econômica também? Então, de repente, o grupo poderia fazer isso. Então não precisava ficar dando bola pros banqueiros, não sei o quê e tal. Por exemplo, nós fizemos a Constituição, vamos fazer um conselho para controlar os meios de comunicação, conselho da sociedade. Só conseguimos um conselho interno do Congresso. Isso porque, se tivesse feito de outra maneira, poderíamos ter aí hoje um conselho da sociedade pra controlar. Então a mesma coisa na questão de diretores. É uma idéia boa, na verdade, mas é apadrinhada por quem se apodera dela e só usa pra você. Então pode ter esse lado negativo, entendeu? O diretor fica acobertando a escola, não cuida da aprendizagem do aluno, não está tendo um compromisso com a aprendizagem do aluno. Acho que todo projeto de eleição de diretor tem que ter como carro-chefe o compromisso com o aprendizado do aluno. Você vê também, na eleição pra diretor, o compromisso com o aprendizado do aluno nunca aparece. Parece uma eleição comum, de município ...

P7: Sabendo da distinção entre ensinar e aprender, como o Sr. vê hoje esta propagação do ensino à distância?

R: É como você diz a “educação à distância” geralmente só vem à distância. Mas, de novo, é uma boa idéia, na verdade. Acho que o futuro da educação está na teleeducação. Você não vai, daqui a um tempo, conseguir convencer os alunos pra ir à universidade, pra escutar aula porque aula você tem à distância facilmente.

Então o grande drama do ensino à distância é como fazer a aprendizagem, fazer ensino é fácil. Fazer a instrução, o treinamento, mas fazer a aprendizagem é difícil porque a aprendizagem exige também presença física. Aí está o problema. Então eu acho que até pode preponderar a presença virtual mas precisa de presença física. Um exemplo que eu sempre uso: você jamais vai convencer uma mãe que ela pode educar o filho dela à distância. Não existe isso. Quer dizer, a mãe precisa de contato corporal, de contato físico, direto, precisa apalpar, precisa ter na mão. Então, *mutatis mutandis*, acho

que também mesmo que você faça o curso à distância você tem que ter momentos presenciais e esses momentos presenciais garantem um pouco mais de aprendizagem, ainda que também à distância você possa aprender, mas isso precisa de uma organização que cuide obsessivamente disto. Porque à distância você não controla, você não vê, não pode se guiar, até pode comprar as coisas, pode encomendar as coisas, aparece com um trabalho que não é dela e tudo isso aí do problema da presença virtual. Mas eu acho que a presença virtual é presença. É uma maneira de estar presente, não é uma ausência necessariamente. Pode ser uma presença, assim como o pessoal que vive no mundo da cibernética, no computador, na internet, está enormemente presente e não é físico. Nós precisamos também aclarar muito as discussões aqui. Eu acho que deve vir muita boa discussão pra frente. Até mesmo porque nós estamos cansados já deste ensino à distância que é pura farsa.

P8: O Sr. como dialético tem feito uma crítica ao positivismo. O que o Sr. teria a dizer de toda a vertente metodológica com base na fenomenologia?

R: Bom, a fenomenologia é considerada uma metodologia qualitativa. Não é muito usada no Brasil, também porque é muito complexa - a fenomenologia tem uma abordagem bem complexa. Geralmente, então, ela é subsumida rapidamente nas metodologias qualitativas. E aí, então, ela aparece mais como uma certa percepção do lado subjetivo, do lado intenso, nos fenômenos mais intensos como é militância, a participação, o compromisso político. Ou então, do contato humano, do lado humano das coisas, entendeu? A fenomenologia tem virado para esse lado, embora ela não tenha só isso, a discussão epistemológica dela é complexa, é muito grande. Mas aparecendo na metodologia qualitativa ela propõe, no fundo, a mesma coisa que as ditas metodologias discriminativas qualitativas fazem, com grandes distinções hoje em dia, evidentemente. Antigamente a gente considerava muito a metodologia qualitativa ... era severa muito mais. Embora, também, não faça nenhum sentido ficar fazendo dicotomia entre quantidade e qualidade. Não tem sentido nenhum isso, na verdade. Todo lado intenso humano é quantitativo também, e vice-versa, não vejo nisso um problema. A fenomenologia, então, tem muita importância nesse sentido. Ela chamou atenção para os outros lados, criticou o racionalismo, critica o positivismo, critica o mensuralismo, critica o quantitativismo e coisas do gênero. Pode ser abusada

também como tudo. Então, de repente as pessoas já acham que fazer uma tabela é coisa de capitalista, de neoliberal, não tem nada a ver. O número não tem culpa nenhuma, tem culpa a cabeça da gente.

P9: Para o Brasil de Fernando Henrique Cardoso o que poderíamos conceituar de felicidade?

R.: Uma vez na pesquisa da felicidade, já tem muito tempo, uns 30 (trinta) anos, os Estados Unidos queriam mostrar uma coisa semelhante a isso: tinha a pretensão de mostrar que um país democrático seria mais feliz que um país ditatorial, ou que os países do Primeiro Mundo seriam mais felizes que os países do Terceiro. Eu acho que é assim, hoje em dia, depois de ter andado um pouco nessa área, a pesquisa não consegue mostrar isso. Então, na verdade, isso não é uma pergunta que se possa possivelmente responder em termos científicos, entendeu? O que a pesquisa naquele instante deve ter mostrado é que ela, no fundo, precisa ser apanhada qualitativamente mais que tudo. Você pode fazer um censo quantitativo, também é importante fazer isso, mas a felicidade é tipicamente um fenômeno intenso, um fenômeno de construção pessoal. Pra você saber se alguém é feliz, não adianta você perguntar: "Andréia você é feliz?" Ela vai dizer "sim" e daí? Pode ser que não, mas ela diz "sim" porque normalmente a resposta será "sim". Agora, pra saber se a Andréia é realmente feliz, eu teria que fazer um questionário de profundidade, um questionário discutido com ... teria provavelmente de conviver com ela um tempo pra saber se o que ela disse é verdade.

Então, talvez, na pergunta que você me colocou, eu poderia ir para outro canto, por exemplo, se melhorou o bem-estar, a qualidade de vida e tal. Aí acho que está o grande problema. Acho que o Fernando Henrique arrumou um pouco a economia, fez o Plano Real, diminui a inflação, quer dizer, no fundo, nós já falamos disso, isso é muito importante. Mas em termos de reduzir a desigualdade social, em termos de política social foi um dos piores governantes que nós já tivemos no País.

É impressionante como esse sociólogo, que foi de esquerda, que escreveu coisas interessantes, pôde fazer uma política social tão mesquinha, tão boba, tão insignificante, como ele entrou na malha neoliberal, como ele incentiva o assistencialismo, como fez como política social, no fundo, um programa da mulher dele, pois não é nada mais que isso. Então, em termos de qualidade de vida, de bem-estar, de redução das desigualdades este governo é um zero, resumindo.

P10: Como uma pessoa que reflete sobre a construção da cidadania como o sr. vê o quadro da sucessão presidencial em 2002?

R: Bom, eu acho que como o governo Fernando Henrique, de certa maneira, não deu certo, ele pegou dois mandatos mas no segundo mandato ele teve meio perdido, e também agora com o "apagão" e com outras coisas aí, ele tá numa situação ruim. Então ele tá com dificuldade de fazer o governo. Mas nós estamos há um ano que tem ainda pela frente, a política pode dar muitas voltas. Mas existe uma conjuntura muito favorável à esquerda chegar ao poder, acho, bastante favorável. Tenho impressão que o Lula poderia dessa vez chegar. Então, ele está se esforçando pra fazer coligações - isso também é um risco - também ele tá com uma linguagem mais polida, menos pontiaguda, digamos assim, e, depende muito então da crise do governo Fernando Henrique. Mas eu penso que ele já não consiga fazer mais o caminhado dele, provavelmente, mas se se unir PFL e PMDB, que é possível, ele faz. É difícil você lutar contra PFL e PMDB. É uma base muito grande, é uma manipulação enorme, com muito dinheiro, o PT não tem isso. Mas com uma boa mobilização, assim como o Collor, por exemplo, conseguiu, com uma certa mobilização, muito babaca, mas o povo entrou nessa, nós podemos fazer uma mobilização boa. Talvez pegar umas causas importantes, da desigualdade, da marginalização, do salário mínimo, do funcionalismo público que não tem vez e acho que é possível.